

ANÁLISE DA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DO NORDESTE

Alessandro Alves dos Santos Silva (PPGECON-UFPE)
Adelson Santos Silva (UAST/UFRPE)

RESUMO:

Este trabalho faz uma avaliação do comportamento geral da industrialização no Brasil, na primeira metade do século passado, e como se deu o desenvolvimento desta no contexto nordestino. A primeira metade do século XX representou um momento singular na história econômica do Brasil. Neste período o processo de industrialização brasileiro ganha um expressivo destaque e importância. A região Nordeste, espaço econômico de reduzida notoriedade neste momento, acompanha o processo de desenvolvimento que ocorre no Brasil de uma forma bem específica. Esta região, graças a algumas condicionantes, se integra a este processo de forma bastante limitada, mas, que continuamente se reduziu ao longo das décadas. O que se percebe a partir do Processo de Industrialização por Substituição de importações (PSI), que tem início após a crise de 1929, é que se expandiram as desigualdades regionais, e ao Nordeste, coube assumir o papel de espaço decadente, com baixa competitividade na produção de artigos manufaturados, ao mesmo tempo em que possui uma grande demanda por esses itens. Assim, essa região se coloca em uma situação desfavorável em relação ao Sudeste brasileiro, participando de um comércio predominantemente deficitário.

Palavras – Chave: PSI, Nordeste, Industrialização.

ABSTRACT :

This work aims to evaluate the Brazilian industrialization process behavior considering the first half of the last century, associating to the development process on Northeast. The first half of the century XX represented one moment sole in Brazilian history economic. In this period, the industrialization process becomes expressively important, especially because occurs the substitution of imported products and the national industry supplied part of the domestic demand. The Northeast of Brazil with its economic small notoriety, in this moment, follow the process of development in curse on Brazil with some specifics. This region, as a result of some constraints, integrates the process in a very limited way, but continually decreased over time. What is perceived in the begin of the Process of industrialization substitution of imports (PSI), after the 1929 crisis, is an expansion of the regionals inequalities and the Northeast accept the role of decadent place with low productivity in production of manufactureds as the same time its demands grew up. This region take part adverse with the Southeast of Brazil participate of one trade predominantly deficit.

Key Words: PSI, Northeast, Industrialization.

JEL N16; N96.

Introdução

A primeira metade do Século XX representa um momento de intensas e importantes modificações na estrutura produtiva brasileira. No início deste século, o país já apresenta considerável nível de atividade industrial, resultado, principalmente, da dinâmica interna proveniente do setor exportador. Essa dependência em relação a renda gerada pelas exportações, quase que exclusivamente de produtos primários, permitiu que esse primórdio da industrialização ocorresse de forma heterogênea sobre o território nacional.

O surgimento da indústria se deu de maneira diferenciada entre as regiões brasileiras. A falta de sintonia no comportamento destas regiões em relação aos efeitos do comércio externo sobre suas dinâmicas internas, fez com que cada uma delas experimentasse formas diferentes de industrialização. Contudo, mesmo com a grave situação apresentada por algumas regiões, foi possível haver uma expansão do setor industrial em todo o território nacional.

No início do século passado a região Nordeste já apresentava um sério distanciamento em relação as demais regiões do país. Esta, no período colonial havia vivenciado um momento de incrível prosperidade, graças as excepcionais condições que apresentava o mercado consumidor externo, demandando um grande volume do seu principal produto exportado, o açúcar. Já no início do século passado ela não se assemelhava aquela que foi anteriormente. O nível de renda da região decaiu drasticamente desde o período colonial, resultado da redução significativa que ocorrerá nos preços internacionais do açúcar e da perda de mercado no século XVII. Além disso, essa economia apresentava um baixo grau de desenvolvimento do seu mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito ao mercado assalariado. Assim, no início do Século XX, a economia nordestina tem uma grande dificuldade de aproveitar da mesma forma que o restante do país o início do processo de industrialização.

Nas décadas seguintes, a ocorrência de novas fases no processo de industrialização brasileiro se deu com um profundo distanciamento do Nordeste com relação ao país. No que diz respeito a dinâmica da economia brasileira a partir deste período, se percebe um intenso movimento de integração comercial. Quando se observa os efeitos desse movimento para com o Nordeste, se verifica que este passou a vivenciar ao longo desse período, um intenso processo de afastamento deste ambiente comercial. Esta região acaba reduzindo continuamente sua participação na oferta para as outras regiões, em oposição a sua demanda que aumenta. Graças ao modo de desenvolvimento que experimentou o Nordeste, em fins da primeira metade do século, esta região pouco tinha progredido em relação a forma que apresentava no início deste século, se distanciando drasticamente do restante do país.

O que se percebe durante as décadas de intensa industrialização, que tem início durante a Industrialização por Substituição de Importações, é que não foram realizadas ações efetivas dentro das políticas econômicas adotadas, que transformassem a situação em que se encontrava o Nordeste. E durante as ações posteriores ao período, os erros e omissões dos governos passados não foram levados em consideração, havendo, segundo Tavares (1979), graves pressões inflacionárias e aumento dos desequilíbrios externos e regionais; assim, se faz necessário retornar ao período inicial de desenvolvimento industrial brasileiro como forma de encontrar as características que se faziam presentes no Nordeste, entendendo assim, como este viria a ser, a partir de dados relativos a renda per capita da década de 1950, a “mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano” (GTDN, 1967), apresentando baixos índices de desenvolvimento humano nas décadas seguintes, e ainda

durante toda a segunda metade do século passado, seria reconhecida como um dos maiores entraves ao desenvolvimento nacional.

Neste trabalho apresenta-se uma análise do processo de desenvolvimento industrial que ocorreu no Brasil a partir das primeiras décadas do século XX. De modo geral, se tem o objetivo de avaliar os efeitos do Processo de Substituição de Importações sobre a capacidade instalada da indústria Nordeste na primeira metade do século XX, comparando o desempenho apresentado pelas demais regiões, através de indicadores industriais, e, além disso, discutir o modo de integração ocorrido nesse período, e, qual a participação do Nordeste neste processo.

O desenvolvimento do estudo se dá a partir de dois capítulos apresentados a seguir. No primeiro, busca-se apresentar o que foi o processo de Industrialização por Substituição de Importações no contexto exclusivamente brasileiro. No segundo, é apresentada uma análise com referência ao comportamento industrial do Nordeste em paralelo ao processo de desenvolvimento brasileiro apresentado no capítulo anterior. E por fim, são feitas as considerações finais a apresentadas as referências bibliográficas.

1- O Processo de Substituição de Importações no Brasil: as condicionantes

A estrutura produtiva que prevaleceu no Brasil durante todo o período em que este se caracterizou como uma economia primário-exportadora, além do estado em que se inseria este na divisão internacional do trabalho, é fundamental para explicar as alterações ocorridas a partir da crise de 1930, como o aumento da parcela da indústria no produto total, mas não suficientes como será possível verificar.

No Brasil, o Processo de Substituição de importações tem início graças a uma congruência de fatores que criaram, assim como no resto da América Latina, um ambiente propício ao seu desenvolvimento. Sendo que de 1929 a 1939, “la contribución directa de la sustitución de importaciones fue la mayor em términos relativos de la historia y em algunos casos más”¹ (BÉRTOLA, 2010, p. 163); nesse intervalo, a substituição de importações foi responsável por cerca de 0,8%, dos 2,1% de crescimento médio da América Latina.

No que se refere ao Brasil, os fatores que proporcionaram condições propícias para a continuidade da expansão industrial neste período, podem ser classificados como políticos e econômicos.

Entre os fatores políticos se destaca o novo ambiente governista, especialmente com o surgimento do Estado Populista, a partir do governo de Getúlio Vargas – 1930 a 1945, e a ocorrência da chamada “Revolução de 30”. A Revolução que ocorreu foi resultado principalmente da necessidade de se adotar uma postura oposta a que vinha sendo empregada, priorizando os produtores de café. Para isso, o governo passa a executar ações que beneficiem a classe assalariada. Além disso, o governo tinha uma postura favorável ao processo de industrialização, o que não ocorria desde o governo de Floriano Peixoto – 1889 a 1893. De acordo com Pereira (1977), a Revolução de 30 marca uma nova era na história do Brasil, havendo estabelecido as condições políticas necessárias para a Revolução Industrial

¹ “A contribuição direta da substituição de importações foi a maior em termos relativos da história e alguns casos superior” (BÉRTOLA, 2010, p. 163) – Tradução livre do autor.

Brasileira, mas, mesmo com esse novo ambiente político, a ação do Estado não seguiu uma linha estratégica com um propósito bem definido de industrialização.

Os fatores econômicos dizem respeito a conjuntura que se forma com o início da depressão econômica em fins dos anos 1920. A política corretiva adotada pelo governo não diferiu muito daquela que já vinha sendo utilizada nas últimas três décadas. O principal item das exportações brasileiras, o café, vinha sendo estocado e posteriormente também queimado, com o objetivo de controlar o excesso de oferta do produto²; dado o grande volume produzido, e a redução da demanda externa graças a crise, levando o preço deste nos mercados internacionais a se deprimir continuamente. Manter o preço deste produto em níveis elevados era fundamental para manter uma certa capacidade para importar, e foi isso que o governo tentou promover com uma política de desvalorização cambial que mantivesse os ganhos dos exportadores.

A política de desvalorização cambial, ao manter os ganhos (ou reduzir as perdas) dos exportadores, tinha, segundo Furtado (2005), como consequência uma socialização das perdas. A depreciação da moeda nacional aumentava os ganhos para um mesmo *quantum* exportado, mas ao mesmo tempo encarecia as importações, e dado que grande parte da demanda interna até então era atendida pela oferta estrangeira, grande parte da sociedade tinha que pagar pela manutenção dos lucros do setor exportador.

O encarecimento das importações condicionava um efeito protecionista à economia brasileira, e o processo que surge a partir de então, busca “satisfazer a demanda interna existente, não afetada pela crise do setor exportador e/ou defendida pelo governo” (TAVARES, 1975, P. 42). Como já fora destacado, o Brasil já apresentava um moderado grau de dinamização derivado do setor externo, mas também do setor deste dependente, e nos anos de crise é este último que ganhará expressiva importância.

O surgimento de mecanismos, mesmo que não intencionais, de proteção da produção interna, seja eles cambiais ou tarifários, foram de fundamental importância para a emergência da indústria no início da quarta década do século passado como supridora do mercado doméstico. Todavia, os efeitos protecionistas não teriam importância, ou finalidade, se não houvesse um mercado interno em desenvolvimento e promissor. Pereira (1977) destaca este fato ao afirmar que o desenvolvimento industrial tem como um de seus antecedentes o surgimento do mercado interno, mesmo sendo este pouco desenvolvido, e como se sabe, contribuíra para isto a formação de um mercado de trabalho assalariado, além da dinamização provocada graças as exportações.

A crise que ocorre em fins de 1920 tem efeitos diretos sobre o preço e o volume dos produtos exportados, especialmente do café. Como efeito disto, ocorreu uma redução da disponibilidade de divisas e conseqüentemente da capacidade para importar, sendo que em 1932, provavelmente, esta representava apenas 56% da capacidade para importar que havia entre 1928-29³. O Processo de Substituição de Importações ocorre assim, graças a ocorrência de fatores determinantes de forma simultânea.

1.1- Dinâmica da Industrialização por Substituição de Importações: 1900 – 1930

² Ver Abreu (1990).

³ Ver Mello (1982).

Como é perceptível, a substituição de importações ocorre principalmente como uma espécie de resposta ao estrangulamento externo ao qual estava o país submetido, tendo contribuído ainda alguns fatores políticos. Contudo, o início da industrialização brasileira teve seus primórdios num período bem anterior a década de 1930, e desta forma, é preciso destacar que, o que ficou convencionalizado na literatura brasileira, e especialmente na Corrente cepalina, como *Processo de Substituição de Importações* é na verdade a aceleração deste processo de industrialização que já vinha ocorrendo⁴.

Já apresentando um nível de atividade industrial significativo no início de 1900, haverá durante as três décadas seguintes um grande esforço de expansão da sua capacidade produtiva. As razões desta expansão sempre estiveram associadas ao modo como se davam as relações do país com o exterior. A tabela a seguir apresenta o comportamento da indústria nas três primeiras décadas deste século:

Tabela 1.1 - Taxa de crescimento do produto industrial por intervalos decenais no período de 1900 – 1930

Intervalo	Taxa média (%)
1900-02 – 1910-12	6,25
1910-12 – 1920-22	5,65
1920-22 – 1930-32	3,51

Fonte: Versiani (1978), adaptado pelo autor.

Como é possível perceber a partir da Tabela 1.1, as primeiras décadas do Século XX representaram um momento de intensa elevação da atividade manufatureira. No primeiro período apresentado, a taxa de crescimento da indústria foi a maior em todas as décadas, 6,25%. Na segunda década deste século foi possível manter a expressiva expansão do setor manufatureiro graças a redução do abastecimento externo, como resultado dos conflitos que se iniciam a partir de 1914. A partir de 1920 se tem uma taxa média de investimento inferior a observada anteriormente; isto se deve especialmente a estagnação do setor têxtil no período, o qual era a principal atividade industrial no país; Assim, a taxa média de crescimento da indústria ficou pouco acima dos 3,5% na terceira década deste século.

Mesmo com uma taxa de crescimento da produção industrial menor no período entre 1920-29, este foi de fundamental importância. Neste período o volume produzido industrialmente também se reduziu, criando uma capacidade ociosa. Somando isso aos investimentos da década, se criou um excedente de capital, de modo que, na década seguinte, e até os anos da Segunda Guerra Mundial, “a expansão da produção interna industrial foi em grande parte possível, graças ao aproveitamento mais intenso da capacidade produtiva instalada que permitiu substituir uma série de bens de consumo leves antes importados” (TAVARES, 1975, p. 70), que permitiu atender a demanda interna por produtos que antes eram de origem externa, mas agora são produzidos domesticamente. Ao que parece, esta foi exatamente a mesma dinâmica presente durante a industrialização ocorrida nos decênios anteriores.

As primeiras indústrias que surgem no Brasil nas últimas duas décadas do século XIX, tinham especialmente o objetivo de superar a dependência das importações. Os comerciantes de tecidos foram os primeiros a notar a necessidade de se produzir internamente estes, especialmente, devido “à instabilidade cambial que proporcionava um forte elemento de incerteza e de risco; nesse sentido, a diversificação de investimentos, com aplicação de

⁴ Ver Tavares (1975).

capitais na produção, pode ser vista como uma busca de minimização de tais riscos” (VERSIANI, 1990, p. 16). Como será possível perceber, a indústria têxtil passou a desempenhar uma função essencial na nova estrutura produtiva que pouco a pouco começava a surgir.

O crescimento da indústria até 1930 não estava relacionado apenas ao crescimento da renda interna, como é defendido por Furtado (2005) e Tavares (1975), mas especialmente a ocorrência de choques adversos, segundo Simonsen⁵. Um choque adverso de qualquer natureza (Crise no setor exportador, crises externas, guerras, etc.) que atingia a economia, afetava o setor externo, sinalizando a lucratividade de se produzir para o mercado interno um produto manufaturado. Em um segundo momento havia a expansão das vendas e da capacidade produtiva, quando se viabilizasse, graças a condições mais favoráveis, a importação de máquinas e insumos para a produção.

Esta dinâmica do processo de industrialização brasileira é aceita na literatura, especialmente na corrente teórica da CEPAL, que trata da industrialização latino americana a partir da crise de 1929, mas explica de forma muito adequada a formação da capacidade produtiva no Brasil nos trinta anos antecedentes.

1.2- Dinâmica do Processo de Substituição de Importações: O Período posterior a 1930

Dados os eventos que ocorrem no fim da terceira década do século XX, se inaugura na década seguinte uma nova etapa no pensamento econômico mundial. Nos Estados Unidos, a crise que ocorre a partir de 1929 permite a formulação de uma nova análise do sistema econômico e do seu funcionamento a partir da contribuição do economista Inglês John Maynard Keynes⁶. No Brasil, essa crise permite evidenciar a inviabilidade de se manter o sistema econômico até então predominante, exclusivamente primário-exportador.

A economia brasileira teve sua dinâmica determinada pelo setor externo durante toda a sua história, desde o período colonial até fins da primeira república, quando passa a se alterar a opinião com respeito a este modelo de desenvolvimento. Já na primeira metade do século XIX, o café passa a representar o grande destaque nas exportações brasileiras. Segundo Furtado (2009), este produto salta do terceiro lugar, em valor de exportações por volta de 1830, para assumir o primeiro lugar, ainda nas duas décadas posteriores.

Essa característica marcante do Brasil na sua fase como economia primário-exportadora, a flexibilidade, com certeza era a maior dificuldade apresentada por este sistema. A quase exclusividade de apenas um produto na pauta de exportações, somada a fatores específicos que já foram citados, como a própria crise de 1929, permitiu avaliar como impraticável a manutenção deste modelo de desenvolvimento. A partir de então, pode-se dizer que ocorre um deslocamento do centro dinâmico (FURTADO, 2009), ou uma ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador (TAVARES, 1975).

O período de desenvolvimento no período pós 1930 é dividido em dois momentos distintos de industrialização: A “restringida” e a “pesada”. O primeiro ocorre entre 1930-

⁵ A teoria dos “choques adversos” também é criticada, e surge em confronto a esta a teoria da “industrialização induzida”, que ganha bastante força através de Peláez.

⁶ Segundo este, as crises econômicas, e os desajustes que houvessem nas economias, diziam respeito a um problema de insuficiência de demanda - a chamada Demanda Efetiva - e não apenas poderiam, mas deveriam, ser corrigidos através da interferência do governo.

1955, e foi um momento de fraca expansão da capacidade produtiva, quando comparado com a década anterior. O segundo momento se inicia em 1956 e tem seu término em 1970, esse período se destaca pelas grandes inversões em bens de consumo duráveis. A análise realizada neste trabalho se dedicará ao estudo apenas do primeiro momento apresentado.

Nos primeiros anos pós-crise, já haviam se estabelecido condições muito propícias a uma reestruturação produtiva da economia. As restrições externas que se formam por meio da redução do valor e da quantidade de exportações, e a conseqüente redução da capacidade para importar, além de uma taxa de câmbio desvalorizada e da elevação das tarifas de importação, que criaram uma efeito protecionista, provocam uma reorientação mais intensa nas atividades produtivas do país. A indústria que já vinha se expandindo, aumenta ainda mais sua participação relativa na economia. Versiani (1990), entretanto, destaca que a ação do Estado, a partir deste período, não obedecia a uma estratégia de desenvolvimento industrial. Assim, essas medidas tomadas, e as políticas implementadas, tinham como foco o desenvolvimento da indústria, mas não houve neste período um planejamento de quais setores deveriam ser fomentados.

A grande depressão atinge o Brasil especialmente na sua capacidade de importar. O prejuízo causado pela redução no valor e no montante das exportações, leva o governo a tomar medidas corretivas. Para se ter uma ideia do problema, a capacidade para importar, que era dada pelo poder de compra das exportações, era em 1932, apenas 56% do poder de compra em 1928-29. Essa capacidade de importar só voltaria a aproximar-se do valor anterior à crise a partir de 1945, quando esta chega a cerca de 90%⁷.

Graças as dificuldades enfrentadas a partir da depressão, como foi comentado anteriormente, se tem a partir da década de 1930 a intensificação da industrialização por substituição de importações. Nesta primeira década se tem uma elevação de 7,2% na produção industrial total, sendo que no período da II Guerra Mundial alcançou um crescimento médio de 9,18%. Assim, torna-se perceptível que as duas décadas seguintes a grande depressão foram determinantes para a expansão da produção manufatureira no Brasil. Este crescimento da produção industrial, especialmente a partir de 1930 até os anos da II Guerra Mundial, foi possível graças aos elevados investimentos no setor industrial ocorridos nas décadas anteriores. Uma análise da Tabela 1.2, apresentada no subcapítulo anterior, permitiu concluir que a taxa de crescimento da produção industrial da década de 1920 foi a menor de todo o período, mesmo tendo a capacidade produtiva da indústria se elevado a taxas expressivas, especialmente por meio da diversificação na produção manufatureira.

O fraco desempenho na produção industrial a partir da década de 1920 começa quando o país volta a ser abastecido por produtos importados, resultado do término da I Guerra Mundial. Neste período ocorreram intensos investimentos no setor produtivo, especialmente através de elevadas importações de bens de capital, que no período de 1920 a 1928 somaram 55% de todas as importações deste tipo de item durante as três primeiras décadas deste século. Ao mesmo tempo, a taxa de crescimento da produção industrial foi a menor entre todas estas décadas, de apenas 3,51% ao ano.⁸. Estes dados demonstram que o esforço de elevação da capacidade produtiva industrial do período foi expressivo. Desta forma, “a recuperação a partir de 1933, centrada na indústria, em grande medida ‘enxugou’ a capacidade ociosa da indústria, que fora gerada na década anterior” (CANO, 2007, p. 73). Sem esta capacidade ociosa, teria sido muito mais difícil para a economia brasileira aproveitar a oportunidade que havia surgido.

⁷ Dados de Tavares (1975).

⁸ Ver Versiani (1978).

A substituição de importações na década de 1930 se iniciou por meio da produção de bens não-duráveis, especialmente aqueles de natureza têxtil. Gremaud (2008) lembra que a medida que o processo avançava com o aumento da produção, a demanda por insumos aumentava, acarretando assim em um estrangulamento dos outros setores. Este estrangulamento era determinado pelo próprio processo interno de desenvolvimento, e ocorria à medida que se exigiam novos investimentos, sendo que grande parte dos bens de capital eram importados. Este processo, segundo o autor, era caracterizado como uma “industrialização por etapas”.

Ao se observar etapas no processo de industrialização, na verdade, se confirma a evidência de que o Processo de Substituição de Importações é menor do que o que se imagina. Sendo assim, “a substituição ‘real ou efetiva’ é geralmente muito menor do que a aparente que se visualiza pela diminuição de certas importações na pauta” (TAVARES, 1975 p. 41), ou seja, como já foi apresentado, o esforço de substituir algum dos itens antes importados gera uma nova demanda por produtos que passam a ser importados.

No caso brasileiro parece ter havido uma tendência bem definida, com fases diferentes. A tabela a seguir tenta demonstrar a dinâmica deste processo de “industrialização por etapas”, apresentando o modo como se comportaram os principais setores industriais a nível nacional, no período entre 1929 e 1948:

Tabela 1.2 – Taxa de variação percentual da produção por grupos, para anos selecionados (1929 - 1948)

GRUPOS DE BENS	INDICES ANUAIS - PORCENTAGENS							
	1929 ⁹	%	1931	%	1937-38	%	1948	%
Bens de consumo	100	18.7	30	12.3	57	13.3	121	21.3
Duráveis	100	7.5	12	1.9	67	6.2	154	10.8
Não-duráveis	100	11.3	43	10.4	51	7.1	99	10.5
Combustíveis e lubrificantes	100	8.4	65	11.9	94	9.8	181	14.4
Matérias-primas e produtos								
Intermediários	100	46.2	64	64.4	93	53.2	81	35.2
Metálicos	100	10.5	28	6.6	72	9.4	60	6.0
Não-metálicos	100	35.6	75	57.9	100	43.8	87	29.2
Bens de capital	100	26.7	20	11.4	72	23.7	116	29.0
Total da amostra	100	100.0	46	100.0	81	100.0	106	100

Fonte: Tavares (1975), adaptado pelo autor.

A Tabela 1.2 apresenta o comportamento das importações relativas a diversos setores industriais brasileiros, para diferentes anos. Como é possível verificar, a demanda por importações de bens de consumo, tanto duráveis quanto não duráveis, decresce em termos percentuais, no período entre 1929 e 1937-38. Isto se deve, em parte, a redução da capacidade para importar, mas especialmente ao processo substituidor de importações, que se iniciou exatamente pela produção de bens de consumo não-duráveis, como foi falado anteriormente. No ano de 1948, como é mostrado, as importações dos bens de consumo se elevam, chegando a 21,3% do total importado. Isto se deve muito a situação favorável em que se encontrava o país neste momento. Com grande disponibilidade de divisas, pôde o país atender grande parte de sua demanda por produtos deste grupo através de importações.

⁹ A tabela utiliza o ano de 1929 como base para apresentar o comportamento relativo nos demais anos.

No grupo dos bens de capital, é possível notar exatamente o comportamento que era produzido a partir do PSI, e que causava o estrangulamento do modelo. Entre os anos 1931 e 1937-38, as importações de itens deste grupo passam de 11,4% para 23,7% do total importado, promovendo pressões sobre as divisas disponíveis. No grupo dos Combustíveis e lubrificantes a situação era semelhante. Devido a falta de oferta doméstica destes, a sua participação no total importado se eleva entre o período 1931 a 1948.

Essa ruptura que ocorre na economia brasileira, com a emergência do setor industrial na formação da renda nacional, e em contraste com a redução da participação das atividades primárias ligadas ao comércio exterior, proporcionou modificações na estrutura desta economia e no seu funcionamento. O modelo de desenvolvimento por substituição de importações acaba também enfrentando algumas dificuldades no seu processo de consolidação. Gremaud (2008) destaca pelo menos quatro dificuldades enfrentadas pelo modelo: (1) tendência ao desequilíbrio externo; (2) exigência do aumento da participação do estado; (3) aumento do grau de concentração de renda; e (4) escassez de fontes de financiamento. O Brasil acabou enfrentando todos estes problemas, em maior ou menor escala.

A concentração regional deste processo de industrialização levou, também, a uma concentração da renda, principalmente na região Sudeste do país. Somado a isso, se tem a intensificação do êxodo rural e da redução da capacidade do setor industrial em criar empregos, devido as características das novas estruturas produtivas, que eram de caráter capital intensivo¹⁰. No que diz respeito as formas de financiamento, a escassez de crédito estrangeiro, resultado da crise de 1929 e do início da II Guerra Mundial, leva o governo a financiar o PSI através de uma intensiva expansão dos meios de pagamento, e conseqüentemente, da inflação.

A política econômica implementada no âmbito do câmbio foi fundamental para a continuidade do PSI. Graças à diferenciação dos termos de intercâmbio para itens distintos, foi possível garantir a continuidade dos investimentos em bens de capital. Assim, pôde o processo de industrialização por meio da substituição de importações ocorrer de maneira bastante expressiva nessa primeira fase, conhecida como industrialização restringida. Caberá no próximo capítulo analisar o modo como o Nordeste brasileiro se integrou a este modelo durante a primeira metade do Século XX.

2- O desempenho industrial nordestino na primeira metade do século XX

Ao se iniciar o século XX, não era possível notar as características que prevaleceram no Nordeste brasileiro durante grande parte do período colonial. Esta região, que segundo Furtado (2009) abrigou a atividade produtiva que viabilizou a colonização portuguesa, não era mais a responsável pela manutenção de um saldo na balança comercial nacional que proporcionasse divisas suficientes para atender a demanda interna por importações (especialmente de produtos manufaturados). Isto se deveu as condições econômicas que este

¹⁰ As tecnologias utilizadas no processo de substituição de importações tinham duas características: 1) Os equipamentos utilizados eram em sua grande maioria adquiridos de outras indústrias sediadas no exterior, que graças a crise entram em falência, assim, as indústrias brasileiras puderam adquirir equipamentos abaixo dos preços de mercado, porém, em um estado próximo da obsolescência; 2) Os equipamentos eram projetados para produzir a partir das características dos países industrializados, utilizando assim, pouca mão de obra e insumos presentes nos países de origem.

presença após a perda do monopólio da produção de açúcar, no século XVII. Com a invasão do Nordeste brasileiro por parte dos holandeses, esses últimos adquirem os conhecimentos técnicos e organizacionais na produção do açúcar, permitindo a instalação de uma indústria concorrente na região do Caribe. Sem a exclusividade na produção açucareira, ocorre uma redução significativa nos preços internacionais do produto, em torno de 50%, e do volume exportado, que não chega a alcançar metade do total exportado no período mais próspero¹¹.

A economia nordestina, a partir destes acontecimentos, passa a experimentar um longo período de estagnação. O setor de alta produtividade desta, o açucareiro, decresce sua participação na formação da renda monetária, e em contraste, o setor de subsistência, ligado a pecuária, eleva sua participação. O que ocorre com isso, é o surgimento de um lento processo de redução da renda *per capita* da população. Essa dinâmica em sua economia resultaria naquilo que ficaria conhecido como “complexo econômico nordestino”, e que determinaria as características desta região nos séculos seguintes, como baixos níveis de renda e de divisão do trabalho, além de um ínfimo mercado interno.

2.1- O Nordeste no início do século XX

No fim do século XIX, a economia nordestina não conseguiu aproveitar os benefícios proporcionados pelo fim da escravidão, e a consequente formação de um mercado de mão de obra assalariada, assim como o Centro-Sul do país. Isso se deveu, sobretudo, a grande concentração latifundiária que havia, mas, é consenso que o maior problema para o aparente não desenvolvimento do mercado interno nordestino foi, no início do século XX, a imensa concentração de renda prevalecente nesta região (GTDN, 1959).

A conjuntura que apresenta o Nordeste a partir do Século XX não se compara com aquela que prevaleceu durante o auge do ciclo do açúcar, mas, mesmo com o enfraquecimento desta região a nível de economia nacional, elevando-se a importância da produção de café sulista na manutenção dos elevados saldos comerciais externos, e a priorização de políticas que permitissem a valorização deste no exterior, surge nesta região uma expressiva atividade industrial, que não se distinguia em muito em diversificação daquela existente no resto do país, especialmente no Sudeste. No início do Século a indústria estava distribuída no território nacional como é apresentado na tabela a seguir:

¹¹ Ver Furtado (2009).

Tabela 2.1 - Brasil: População, Produção Industrial Total e Per Capita por Região e Estados Seleccionados (1907)

REGIÃO/UF	População em 31/12/1900		Estabelecimentos Pesquisados		Valor da Produção Manufatureira		Produção manufatureira Per Capita
	1000	%	Nº	Nº de Operários	1000 contos de réis	%	1000 réis
NORTE	695	4,0	146	3.707	32	4,3	46
NORDESTE	6.750	38,7	440	38.438	124	16,7	18
Pernambuco	1.178	6,8	118	12.042	55	7,4	47
Bahia	2.118	12,2	78	9.964	25	3,4	12
SUDESTE	7.824	44,9	1.738	82.706	432	58,2	55
R.de Janeiro	1.737	10,0	877	48.875	280	37,8	161
São Paulo	2.282	13,1	326	24.186	118	15,9	52
Minas Gerais	3.595	20,6	531	9.555	33	4,4	9
SUL	1.796	10,3	784	22.252	147	19,8	81
R.G.do Sul	1.149	6,6	314	15.426	100	13,5	87
CENTRO-OESTE	373	2,1	150	4.738	7	0,9	19
BRASIL	17.438	100,00	3.258	151.841	742	100,0	43

FONTE: Original em Galvão (1991)

Os dados apresentados na tabela 2.1 demonstram o grau de dispersão que apresentava a indústria no território nacional. A região Nordeste apresentou neste estudo, apesar da subestimação do total de estabelecimentos produtivos¹², um total de 440 unidades manufatureiras que correspondiam a 13,5% do total de estabelecimentos no País. Por outro lado, se percebe que a escala dos estabelecimentos pesquisados foi, em média, bem maior que a das demais regiões, com 87 operários por estabelecimento pesquisado. Para Cano (2007), os estabelecimentos produtivos presentes na região Nordeste possuíam uma escala de produção maior, em comparação com as demais regiões, exatamente pelo grau de concentração latifundiária e da renda nesta região. As médias das regiões Sudeste e Sul foram de 47 e 28 operários por estabelecimento pesquisado respectivamente, e para o Brasil de 46.

Somado ao fato tratado no paragrafo anterior, tinha-se um alto nível de empregabilidade proveniente da atividade industrial. Mesmo com apenas 13,5% de estabelecimentos sendo sediados no Nordeste, estes empregavam mais de 25% da mão-de-obra absorvida pela indústria nacional. Ao Sudeste correspondia cerca de 55% de todos os empregos industriais. Esses dados permitem destacar, além da grande capacidade produtiva das unidades nordestinas, que estas apresentavam uma significativa capacidade de geração de empregos diretos.

Mesmo apresentando uma estrutura produtiva com unidades que possuíam uma escala acima da média, e sendo um dos maiores empregados neste setor, a região era responsável por apenas 16,7% do valor de toda a produção nacional, como ainda é possível ver a partir dos dados da tabela anterior. A disparidade observada na região se torna ainda mais perceptível quando se analisa o comportamento das variáveis em termos *per capita*. No Nordeste, a

¹² O censo realizado em 1907 pesquisou apenas as unidades classificadas como “usinas”, deixando de pesquisar aquelas denominadas de “engenhos”. Dado que o Nordeste era o grande produtor de cana-de-açúcar no período, e de derivados desta, a subestimação foi mais grave nesta região, o que foi confirmado pela equipe responsável pelo relatório.

produção manufatureira per capita era de apenas 18.000 réis, enquanto no Sudeste chegava a 55.000 réis. Na verdade,

com efeito, uma comparação da distribuição da população com o valor da produção industrial – tomando as cinco grandes regiões em que o Brasil é dividido hoje pelas autoridades geográficas – revela, por exemplo, que o Nordeste era a região claramente **subindustrializada**, enquanto o Sul aparecia como a região claramente **superindustrializada** da nação, se as razões entre população e valor da produção industrial são tomadas como base de referência (Galvão, 1991, p. 15),

mas, os dados apresentados no censo de 1907 não indicavam, como lembra este mesmo autor, a tendência que haveria nas décadas seguintes no processo de industrialização brasileiro, com intensificação da concentração regional; esse na verdade é um problema para o qual cooperaram diversos fatores, que serão apresentados e analisados.

Mesmo apresentando, já no início do século, um distanciamento com relação ao nível de industrialização do resto do país, como foi possível se deduzir a partir do censo de 1907, os estados do Nordeste já apresentavam uma base industrial bastante diversificada neste período, como é possível notar na tabela a seguir:

Tabela 2.2 - Grau de Dispersão e Diversificação Espacial da Indústria (1907)

ESTADOS	REGIÃO	Nº de Estabelecimentos Industriais Pesquisados	Número de Empregados	Número de "Ramos" Industriais existentes (de um total de 97)
Rio de Janeiro	SUDESTE	877	48.875	85
R.G. do Sul	SUL	314	15.426	51
São Paulo	SUDESTE	326	24.186	50
Minas Gerais	SUDESTE	531	9.555	35
Pernambuco	NORDESTE	118	12.042	31
Santa Catarina	SUL	173	2.102	30
Bahia	NORDESTE	78	9.964	26
Pará	NORTE	54	2.539	22
Goiás	C-OESTE	135	868	20

FONTE: Galvão (1991)

Através das informações levantadas no censo de 1907, e apresentadas na Tabela 2.2, é possível observar que a indústria do Nordeste, que é representado pelos estados de Pernambuco e Bahia na tabela, já apresentava uma relativa diversificação no momento desta pesquisa, estes apresentavam respectivamente 31 e 26 ramos industriais diferentes entre os 97 listados. O estado do Rio de Janeiro¹³, neste momento sediando a capital da república, apresentava um maior grau de diversificação de seu parque industrial, com um total de 85 atividades manufatureiras distintas. Os estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo seguiam a este com 51 e 50 ramos respectivamente.

A estrutura produtiva nordestina já apresentava um estágio de desenvolvimento inferior neste período, quando comparada com a estrutura do Sul e Sudeste do país, mesmo com a diversidade de ramos produtivos. Porém, esta região acabava se beneficiando na

¹³ O Estado do Rio de Janeiro sediava o Estado da Guanabara, então Capital da República Federativa do Brasil.

formação de emprego, muito provavelmente, graças a elevada escala de suas plantas industriais, como já foi discutido anteriormente.

2.2- A integração comercial a o processo de desindustrialização

Como já foi possível concluir na seção anterior, o Nordeste já apresentava uma estrutura industrial por volta de 1907, com uma participação de cerca de 16,7% no valor da produção manufatureira nacional; somando-se a isto havia o fato de que estes dados estavam, reconhecidamente, subestimados. Depreende-se a partir dessa informação, que a participação do Nordeste na produção manufatureira nacional era ainda maior, mesmo não sendo possível inferir qual percentual seria o real. Além disso, foi possível notar que a região já apresentava uma relativa diversificação em sua base produtiva.

O período que vai do início do Século XX até a crise de 1929 é um momento de intensas transformações, não apenas no que se refere a economia nacional, mas também a nível regional. Até então os espaços regionais tinham apresentado muitas semelhanças, sendo que “da época colonial até as primeiras três décadas do século atual [XX], a expansão da economia nacional ocorreu em partes diferentes do país, em larga medida em função das condições da demanda externa por exportáveis” (GALVÃO, 1991, p. 4), mas as relações no interior das regiões brasileiras passam a se modificar no início deste século, assim como as relações inter-regionais.

As transformações que são notadas nas relações econômicas do país, especialmente nas inter-regionais, dizem respeito as alterações na dinâmica de articulação comercial. Na verdade, a economia a nível nacional era bastante isolada, prevalecendo as relações de exportação com o exterior, e quase nenhuma concorrência inter-regional. Isto se devia especialmente a falta de integração entre os espaços geográficos nacionais que acabava promovendo, segundo Galvão (1991), a instalação de indústrias em todas as localidades onde se verificava um adensamento populacional expressivo. No caso do Nordeste, era evidente a expressiva concentração demográfica ainda em 1900, sendo os estados da Bahia e de Pernambuco terceiro e quarto estados mais populosos do país respectivamente, atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo. Esta região também já apresentava grandes centros urbanos, como Salvador e Recife, com uma população que neste mesmo ano já era, respectivamente, de 206.000 e 113.000 habitantes. A cidade de São Paulo apresentava uma demografia de 240.000 habitantes¹⁴.

Esse isolamento relativo entre as regiões proporcionava uma espécie de protecionismo, permitindo que as indústrias se localizassem de forma menos concentrada no território nacional. Cano (2007) ainda levanta três outras razões para que em fins do século XIX e início do XX, haja uma expressiva dispersão das indústrias no território nacional, são elas: A dinâmica regional, a concentração de propriedade e a rigidez tecnológica. Os dois primeiros fatores foram fundamentais na formação da estrutura produtiva industrial nordestina neste período, sendo que, graças a dinâmica gerada pelas exportações, especialmente de açúcar, mas também de algodão, fumo e cacau, havia a manutenção de uma expressiva atividade econômica no interior desta região. Além disso, também foi fundamental a concentração fundiária, como já foi falado. Já a rigidez tecnológica acabou prejudicando esta, que acabou

¹⁴ Dados do IBGE e Ribeiro (2009).

não sendo favorecida com a oferta de energia elétrica, ao contrário de São Paulo e Rio de Janeiro, tornando as indústrias nordestinas menos competitivas.

Ainda nas últimas décadas do Século XIX, o Nordeste tinha sido atingido por uma severa crise que acabou prejudicando o seu setor exportador. O principal produto exportado por esta região, o açúcar, acaba reduzindo expressivamente sua participação na pauta de exportações nacionais a partir deste momento. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), este produto passa de 9,96% do total exportado pelo país entre os anos de 1881/90 para 5,66% na década seguinte, chegando ao menor percentual da sua história entre 1901/10, com uma participação de apenas 1,24% no total exportado para o exterior.

Já em fins do século XIX, se observa uma redução drástica nos preços externos dos principais produtos da pauta de exportação brasileira, como o café, o algodão e o açúcar, como já foi exposto anteriormente. O Estado de São Paulo pôde compensar essa crise através do aumento da quantidade exportada, mas ao Nordeste isso não foi possível, uma vez que a quantidade exportada de açúcar também se reduziu. Assim, mesmo com a indisponibilidade de informações neste período, Neto (1989) indica que o Nordeste provavelmente foi uma das regiões brasileiras mais afetadas negativamente. A partir disso, coube a esta região redirecionar seu mercado consumidor para a nova região industrial que surgia no país.

Diante da decadência das exportações do principal produto da pauta nordestina, a ação por parte dos produtores desta região foi direcionar seus excedentes, antes exportados ao exterior, para o mercado interno, principalmente o Sudeste. Na verdade, o que se buscava era uma relação de “complementaridade com a economia regional cuja atividade estava centrada na produção do café e dotada de grande dinamismo, mas altamente especializada no início do processo” (Neto, 1997, p. 43); esta tentativa de integrar esses dois espaços, foi assim, determinada pela busca dos produtores nordestinos por um novo mercado para escoamento da produção, dado que estes se viam prejudicados pela redução da demanda externa; eles passam assim a buscar relações de comércio internamente.

No início do Século XX essas relações de comércio inter-regional no país eram muito limitadas, sendo que praticamente não existiam; isso ocorria devido a falta de infraestrutura que integrasse as regiões nacionais. Porém, por volta de meados da década de 1920 essas relações comerciais passam a representar algo em torno de 25% de todo o comércio realizado; esse percentual se elevaria até os anos 1940, alcançando cerca de 50% do total de relações comerciais¹⁵ (internas + externas). Esses saltos nas relações internas se deveram especialmente ao crescimento da demanda por insumos e matérias-primas, demanda que vinha principalmente de São Paulo. Este estado, nas três primeiras décadas do século de referência, seria o principal responsável pelas grandes transformações que viriam a ocorrer na indústria brasileira no período.

O comportamento que tem o estado de São Paulo no período que vai dos primeiros anos do século XX até próximo à crise de 1929, representa um momento de grandes transformações, uma de ordem quantitativa e outra qualitativa. A primeira transformação ocorrida no estado de São Paulo resultou de uma promissora conjuntura externa, quando em meados da primeira década do século XX, se tem uma extraordinária elevação do volume exportado de café, que mesmo em contraste com a redução do preço deste produto, permitiu uma expressiva acumulação de capital na indústria paulista. O segundo período de transformação se deu na década de 1920, com intensiva diversificação e inclusão de novos

¹⁵ Dados de Neto (1989).

produtos e setores¹⁶. Estes dois “saltos” da indústria paulista proporcionam as condições que lhe permitiriam iniciar sua trajetória de desenvolvimento e acumulação dentro da economia nacional e se estabelecer como economia industrial. Sendo que o início deste século representa um momento de redirecionamento dos excedentes produtivos nordestinos à esta região, deduz-se que estas transformações ocorridas na economia paulista não poderiam ser benéficas para o Nordeste, sendo que a partir deste momento, passa a se corroer a relação de complementariedade que havia criado com a nova região em expansão.

A manutenção de um saldo comercial por parte de São Paulo foi fundamental ao processo de transformação que se inicia no século XX, graças a ele, “o período de 1905 a 1913 marca um dos momentos mais férteis da história paulista e brasileira de acumulação de capital na indústria” (CANO, 2007, p. 67). Assim, pôde a indústria deste estado experimentar uma grande transformação de natureza quantitativa, com ampliação, diversificação e modernização de sua capacidade produtiva. Graças a isso, também foi possível que este estado atendesse as demandas por produtos manufaturados das demais regiões do país durante o período da Primeira Guerra Mundial, dadas as dificuldades de abastecimento por meio de importações. A década de 1920 representa um momento de transformação qualitativa para o Estado de São Paulo, com diversificação de sua produção industrial, incluindo novos produtos e segmentos produtivos ao seu parque industrial.

Ao fim da década de 1920, o Nordeste deixa de possuir um setor exportador que financiasse e viabilizasse uma dinâmica que permitisse o seu desenvolvimento industrial. Paralelamente a isto, se tem a emergência da economia paulista como fornecedora de bens manufaturados, que com a recém integração comercial que surgiu, passa a competir com a frágil indústria nordestina. Esses fatores acabaram prejudicando esta última região, que passa a se distanciar ainda mais do restante do país no processo de acumulação no setor industrial, distanciamento que será ampliada com a aceleração do processo substituidor de importações a partir de 1930.

2.3- O Nordeste no período pós 1929: intensificação da integração comercial

O início do quarto decênio do século XX representou um momento de intensas modificações no ambiente econômico nacional. A crise de 1929 proporcionou um novo modo de acumulação dentro da economia, como foi visto anteriormente, se criou uma concepção de que era necessário expandir a indústria no Brasil, permitindo que este pudesse experimentar um novo modelo de desenvolvimento, diferente do que havia prevalecido até então.

Neste novo processo de desenvolvimento do país, algumas regiões acabam ganhando mais espaço que as demais. Na verdade, o que se observa é um intenso processo de concentração da atividade econômica, que já era bastante concentrada, proporcionado pela própria dinâmica deste processo, mas também pelas políticas econômicas implementadas. Nesse sentido, o período que vai da década de 1930 a meados da de 1950 acaba se tornando um momento de contrastes dentro da história econômica brasileira.

O promissor momento que se inicia, com o surgimento de excelentes oportunidades de investimentos na década de 1930, não proporcionou para o Nordeste os mesmos benefícios que para o restante do país. Tavares (1975) destaca que neste período, a industrialização se deu através de um expressivo aumento das desigualdades regionais, sendo isso verdade,

¹⁶ Ver Cano (2007).

especialmente, no que diz respeito no eixo Nordeste e São Paulo. A Tabela 2.3 apresenta o comportamento de alguns estados brasileiros no período pós crise:

Tabela 2.3 - Valor da produção para os produtos sujeitos ao imposto de consumo

UNIDADES FEDERADAS	VALOR (contos de réis)									
	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Ceará	21.191	19.649	21.653	17.770	20.409	25.994	28.340	28.596	29.734	35.239
R. G. Norte	4.616	4.319	4.089	2.393	3.320	5.381	4.502	4.096	4.014	6.608
Paraíba	18.572	19.400	22.195	19.315	20.525	31.714	36.601	40.290	47.011	55.974
Pernambuco	232.332	132.268	151.689	154.701	179.841	209.387	248.377	289.153	318.494	376.144
Rio de Janeiro	255.417	143.558	173.902	182.205	232.110	292.784	323.449	395.032	464.060	486.452
São Paulo	1.537.347	1.002.193	1.164.348	1.210.464	1.668.245	1.826.735	2.623.942	3.625.793	4.200.561	5.460.334
R.G. do Sul	344.095	254.561	271.501	280.848	335.301	364.903	407.668	511.885	590.324	959.432
Minas Gerais	329.735	222.761	203.903	246.112	285.146	323.284	433.206	495.726	518.290	593.934
Brasil	4.393.777	2.952.093	3.195.912	3.217.872	4.080.073	4.594.282	5.792.920	7.409.735	8.274.004	10.454.086

Fonte: IBGE: Relatório Estatístico do Brasil (1939/40)

Através da Tabela 2.3, que apresenta a produção total dos produtos sujeitos ao imposto de consumo, é possível avaliar o comportamento de alguns dos estados brasileiros no período imediato a crise de 1929. Como é possível perceber, houve apenas uma exceção com relação ao comportamento da economia no momento imediato a crise, sendo o Estado da Paraíba o único a apresentar um crescimento positivo entre 1929-30. Isso pode indicar uma falta de integração desta economia com as demais regiões nacionais e também ao exterior, ou, pode ser resultado de algum fator específico da economia deste estado nesse período. No que diz respeito aos outros estados, tanto do Nordeste, como demais, ocorreu a mesma tendência da economia nacional e internacional, havendo redução da produção.

Quando se faz um exame do comportamento de alguns estados, se permite observar aspectos muito importantes e característicos das próprias regiões onde eles estavam inseridos. Pegando como exemplos, Pernambuco para a região Nordeste, e São Paulo para o Sudeste, se percebe que estes dois experimentaram uma trajetória semelhante. O Estado de Pernambuco, após reduzir sua produção em cerca de 43% entre 1929-30, consegue manter uma trajetória de crescimento nos anos seguintes. São Paulo, do mesmo modo, reduz sua produção em 35% no mesmo período, mantendo um crescimento logo a seguir. Essa semelhança entre esses dois estados não acaba se verificando nas taxas de crescimento, no período de recuperação. Enquanto a produção do primeiro estado cresce a uma taxa média de 7,7% a.a. entre 1930 e 1938, o segundo eleva sua produção a uma taxa próxima de 18% a.a. no mesmo período.

Como já foi apresentado no capítulo anterior, o período de industrialização que se inicia no período pós crise representa um momento de aceleração do processo de industrialização que já ocorria no país. Nas décadas anteriores, o Brasil, e destacadamente São Paulo, pôde iniciar a criação de uma estrutura produtiva que permitiu atender o mercado doméstico de manufaturas. Também foi apresentado no tópico anterior que foi possível ao Nordeste brasileiro iniciar uma relação comercial com a nova região de expressivo desenvolvimento, principalmente, através da oferta de produtos primários não produzidos pela região cafeeira, criando assim uma relação de complementariedade.

Este período de expansão das relações comerciais na verdade foi uma prévia do que viria a ocorrer com a indústria nordestina no período seguinte. A elevação da participação da região mais dinâmica na produção industrial nacional, e ainda, o surgimento da opção de

atender a demanda de sua própria indústria através de insumos locais, levou a região Nordeste a experimentar, de maneira ainda que superficial, o que viria a ser sua dinâmica e relacionamento comercial inter-regional nas décadas seguintes. A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma das regiões brasileiras na produção industrial em anos selecionados:

Tabela 2.4 - Taxa de participação na produção industrial – Por regiões e para os anos de 1907, 1919, 1939 e 1949

REGIÃO	Percentual por ano			
	1907	1919	1939	1949
NORTE	4,3	1,3	1,1	0,7
NORDESTE	16,7	16,1	10,1	9,2
SUDESTE	58,2	66,1	74,5	75,5
SUL	19,8	16,1	13,7	14,0
C.OESTE	0,9	0,4	0,6	0,7
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Galvão (1991).

Como é possível notar na Tabela 2.4, no período 1907-1919 se inicia um movimento de elevação da participação do Sudeste brasileiro na produção industrial nacional. Por outro lado, este crescimento não é acompanhado pelas demais regiões, sendo que uma das que mais reduziu sua participação, em termos relativos, foi a região Nordeste. O intervalo entre os anos de 1919 e 1939 proporcionou a formação de disparidades ainda maiores com relação a esta região. Mas, como foi destacado a pouco, o que ocorreu nesta década, e na seguinte, foi apenas um agravamento e intensificação do que já vinha ocorrendo com a economia nordestina.

O Nordeste brasileiro, devido as condições conjunturais e estruturais que apresentou durante as primeiras décadas do século XX, não conseguiu criar dentro do seu interior, condições que permitissem que seu mercado pudesse crescer tão intensivamente e se desenvolver a partir de sua própria dinâmica interna. Ao contrário do que ocorreu com o Sudeste, e especialmente São Paulo, aquela região não apresentou neste período uma expressiva elevação da renda, um parque industrial bastante diversificado, e elevadas taxas de crescimento. No que diz respeito ao crescimento dessa região, especialmente em relação ao crescimento da indústria, é importante destacar que o Nordeste brasileiro apresentou taxas positivas de expansão, mas bem inferiores que as do restante do país. Isso pode ser melhor avaliado a partir da tabela a seguir:

Tabela 2.5 - Indústria de transformação: Médias de crescimento anual percentual nos intervalos de 1919 a 1939 e 1939 a 1949

REGIÕES/ ESTADOS	Total		Grupo I (a)		Grupo II (b)		Grupo III (c)	
	1919-39	1939-49	1919-39	1939-49	1919-39	1939-49	1919-39	1939-49
Norte	4,2	3,4	3,4	5,4	4,9	1,2	11,1	2,8
Nordeste	3,7	5,9	3,6	5,4	4,9	9,5	1,9	7,4
Pernambuco	4,8	5,5	5,0	5,1	3,1	9,8	-3,9	8,4
Bahia	0,8	6,9	0,2	6,5	7,7	9,2	8,3	-0,6
Minas Gerais	7,5	6,3	5,2	7,8	13,3	3,8	11,3	15,6
Rio de Janeiro	4,2	9,3	3,5	5,8	5,4	14,5	27,3	16,1
São Paulo	7,0	9,8	6,0	8,5	7,7	12,7	14,5	8,9
Brasil-SP	5,0	6,2	4,4	5,4	6,6	7,7	9,6	10,3
Brasil	5,7	7,8	5,0	6,7	7,0	10,0	12,6	9,3

Fonte: Cano (2007, p. 83-84), adaptado pelo autor.

(a) Industrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-durável

(b) Industrias predominantemente produtoras de bens intermediários

(c) Industrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável

De modo geral, o período entre 1939-49 foi bem mais favorável que o anterior, entre 1919-39. Isso se deve ao fato de que este último período, foi antecedido por uma expressiva diminuição da oferta industrial na década de 1920, e ainda um período de profunda depressão, mesmo havendo uma rápida recuperação posteriormente. Nestes dois intervalos é possível notar o destaque que cada vez mais ganha o estado de São Paulo, chegando a registrar um crescimento de 9,8% da produção industrial entre 1939-49. Quando se analisa o comportamento da região Nordeste, se percebe que esta cresceu, porém, a uma taxa muito inferior que aquela registrada pelo Brasil, e inclusive, inferior a taxa de crescimento do Brasil quando se exclui o estado de São Paulo (Brasil-SP).

Uma análise mais detalhada, a partir dos dados por grupo de produção industrial, nos permite avaliar a tendência do comportamento nas principais regiões, e no Brasil. É possível observar que o Estado de São Paulo manteve em praticamente todos os períodos, e para todos os setores, uma taxa de crescimento acima da média nacional, exceto apenas para o grupo dos bens de capital e de consumo durável no intervalo 1939-49, quando sua média fica abaixo da nacional. Mesmo assim, este estado pôde apresentar um dos mais elevados ritmos de crescimento, perdendo a liderança em momentos pontuais para Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Como é possível notar em relação ao Nordeste, este apresentou taxas de crescimento positivas em todos os grupos apresentados na tabela anterior, apesar destas taxas terem sido bem inferiores as apresentadas pela economia brasileira. A média de crescimento desta região também foi inferior a apresentada pelo Brasil quando se exclui o estado de São Paulo em todos os grupos, isso só não é verificado no caso do grupo II, referente as industrias produtoras de bens intermediários, no período entre 1939-49. Havendo assim, um expressivo distanciamento entre as regiões.

Com a avaliação realizada, a partir do comportamento dos três principais grupos de produção industrial, se percebe que a região Nordeste pôde manter seu processo de expansão da produção a taxas significativas. Todavia, se percebe que esta região se distanciou em muito do Sudeste brasileiro. Uma análise, através de métodos básicos de cálculo, e se utilizando das taxas de crescimento total da industrial, se tem que a produção industrial nordestina seria em

1939, duas vezes maior que a produção apresentada em 1919. No caso do Sudeste, se tem que a produção cresceria quase quatro vezes no mesmo período. No período posterior, entre 1939-49, o distanciamento se agravaria, sendo que, enquanto a primeira região teria uma produção 1,7 vezes maior no fim deste período, a outra apresentaria uma produção 2,5 vezes maior.

Este processo desigual de crescimento entre as regiões estava ligado também ao modo como estas se relacionavam comercialmente. No caso da relação entre o Nordeste e o Sudeste, Neto (1989) destaca que esta primeira era para a segunda um mercado de maiores proporções que o inverso, isso se devia tanto ao volume total do comércio, como também as características deste, sendo que aquela primeira região demandava especialmente produtos manufaturados, enquanto que a última se limitava as matérias-primas.

Esse comportamento apresentado pelas regiões brasileiras, com intensa elevação das desigualdades regionais, levou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) a concluir que o principal problema econômico do Brasil, neste período de desenvolvimento, era o da disparidade regional de ritmos de crescimento. Na verdade, de acordo com este grupo, a relação entre o Nordeste e o Sudeste não poderia ser considerada nem mesmo um sistema econômico, dadas as disparidades que apresentavam as relações comerciais e de desenvolvimento entre essas duas regiões.

Apesar da pequena semelhança com o processo de industrialização brasileiro, o Nordeste pôde contribuir bastante para que o Brasil ampliasse seu grau de desenvolvimento industrial. Esta região, graças as suas relações superavitárias com exterior, liberou grande volume de divisas que proporcionou a viabilização do Processo de Substituição de Importações. Esta dinâmica pode ser melhor analisada no período entre 1948-56, conforme é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 2.6 - Valor do intercâmbio do Nordeste com o exterior e com o Sudeste

	ANO								
	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956
Importações									
Total	7.384	8.508	8.768	11.413	11.402	12.577	16.429	20.262	24.569
Do Interior	5.541	6.630	7.141	8.298	8.159	10.792	12.871	16.477	19.692
Do exterior	1.843	1.878	1.627	3.115	3.243	1.785	3.658	3.785	4.877
Exportações									
Total	7.768	7.070	8.644	10.542	8.830	11.543	17.992	23.542	27.676
Do Interior	4.069	4.579	5.349	6.843	6.687	7.975	10.804	13.495	19.845
Do exterior	3.699	2.491	3.295	3.699	2.143	3.568	7.188	10.047	7.831
Saldo									
Total	384	-1438	-124	-871	-2572	-1035	1563	3280	3107
Interior	-1472	-2051	-1792	-1455	-1472	-2817	-2067	-2982	153
Exterior	1856	613	1668	584	-1100	1783	3530	6262	2954

Fonte: Versiani (1978).

A partir da Tabela 2.6 é possível fazer importantes constatações para a região Nordeste. É possível perceber que tanto as importações quanto as exportações se ampliaram bastante entre 1948 e 1956. Quando se analisa essas relações por destino, se percebe que no período apresentado estas se expandiram mais com as outras regiões do país (interior) do que com outros países (exterior). No caso das importações do próprio interior, em 1956 essas eram mais de 3,5 vezes superiores do que eram em 1948, e nas importações a partir do exterior, pouco mais de 2,6 vezes maior. No caso das exportações também houve uma

significativa variação, onde estas se elevaram em quase 5 vezes, para o caso do interior, e em 2,1 vezes no caso do exterior, no período apresentado.

O comportamento experimentado no comércio no período apresentado anteriormente volta a revelar apenas o desenrolar do comportamento vivenciado nas décadas anteriores, de intensiva elevação das relações inter-regionais, mas, com redução da participação do Nordeste nestas. Como é possível constatar, o aumento da participação das demais regiões brasileiras nas relações comerciais ocorria com a redução relativa da participação do exterior. Ao se elevar as relações internas com o Nordeste a uma taxa muito superior do que a variação das relações com o exterior, na verdade, se estava aumentando drasticamente a dependência desta região para com a oferta interna, principalmente de São Paulo.

Se por um lado o Nordeste se sujeitava ao mercado interno brasileiro, aumentando a sua demanda para com essas regiões, especialmente São Paulo, por outro, se elevava também a sua dependência para com as demais regiões brasileiras, dado o aumento de suas exportações para estas, resultado, principalmente, dos ótimos preços pagos internamente. Assim, o Nordeste se encontra neste período em uma situação extremamente delicada, se sujeitando a oferta do mercado brasileiro, mas, ao mesmo tempo tendo grande parte de sua oferta demandada pelo interior do próprio país.

Esse comportamento apresentado pela economia nordestina acabava proporcionando outra conclusão bastante óbvia, além das anteriores. As relações comerciais a nível de exterior e de interior proporcionavam saldos, sendo que no primeiro caso eram predominantemente positivos, exceto no ano de 1952¹⁷, e no segundo, predominantemente negativos, excluindo-se apenas o ano de 1956 desta verificação. Diante deste fato, e por razões estritamente contábeis, depreende-se que o saldo positivo deveria compensar o negativo, de forma que o superávit nas receitas do Nordeste para o exterior deveria liquidar o déficit em suas receitas com o interior do país.

Mesmo a partir desta compensação contábil, para o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) não havia uma tendência clara de transferência de renda entre o Nordeste e a região Sudeste do país. Segundo o estudo, não havia fluxo monetário nestas relações, ocorrendo apenas uma redução na produtividade econômica, como no caso de alterações nos preços de intercâmbio. Todavia, é importante destacar que essa “perda de produtividade” acarretava em um deslocamento de recursos financeiros importantes em uma região caracterizada pela escassez de capital. As grandes transferências de recursos financeiros por meio do setor público, especialmente o Governo Federal, tentavam compensar esse efeito, mas de forma muito precária.

A atuação do governo no Nordeste foi em grande parte deste período deficitária, sendo que o governo arrecadava menos do que investia nesta região. Por outro lado, se sabe que os gastos do governo eram executados principalmente com empresas localizadas em outras regiões do país, principalmente Sudeste, reduzindo assim, os benefícios destes gastos sobre a primeira região. Porém, ainda ganha mais destaque a natureza destes investimentos, que pouco ou nada proporcionavam em expansão da capacidade produtiva desta região, sendo em sua grande maioria para compensar os efeitos das estiagens, como no ano de 1953, quando o Governo Federal despendeu 1.630 milhões a mais do que arrecadou nesta região¹⁸.

¹⁷ Para o ano de 1952, se tem a ocorrência de um saldo negativo como resultado da grave seca que atinge a região Nordeste, e que acaba prejudicando assim, seu volume exportado.

¹⁸ Ver Versiani (1978).

Devido a todos estes fatores e características da dinâmica nordestina, o seu desenvolvimento se deu através de um extremo aumento de sua dependência em relação a economia brasileira, especialmente a do Sudeste, que era representada por São Paulo, sendo este o grande centro de desenvolvimento dentro do país neste período.

Considerações finais

A tentativa de se fazer uma análise do comportamento do Nordeste no período de desenvolvimento industrial não é tarefa simples. A indisponibilidade de informações mais detalhadas que possam contextualizar a trajetória desta, e como esta se modificou internamente, tornam a busca de dados uma tarefa penosa, mas também muito empolgante. Na tentativa de se fazer esse levantamento, se optou por bibliografias e relatórios de reconhecida validade no meio acadêmico.

Este estudo com relação a industrialização da Região Nordeste, no período de expansão da atividade manufatureira no país buscou fazer um paralelo entre essas duas dinâmicas, que não eram distintas, mas apresentavam suas particularidades. Partindo da indústria brasileira, que no início do Século XX já possuía expressivo grau de maturidade e diversificação, se percebe que esta percorrerá uma trajetória bem definida. O processo de industrialização estava diretamente ligado ao estrangulamento externo vivenciado pelo país, e que proporcionava a este, momentos de escassez no abastecimento de artigos importados com posterior oferta destes itens pela indústria nacional. Graças a esta dinâmica, pôde o Brasil expandir significativamente a sua produção e diversificação industrial na primeira metade do Século XX.

O comportamento da região Nordeste não foi distinto daquele observado na economia brasileira. Este já se inicia no século passado com uma expressiva atividade industrial, que atendia o seu mercado interno. A partir de uma tentativa de iniciar novas relações comerciais, motivadas principalmente pela crise que envolve o seu setor exportador, ocorre um redirecionamento de suas exportações que antes tinham como destino o mercado externo, e agora passam a ser direcionadas para as outras regiões do país.

Esse processo de integração comercial inter-regional foi viável nas primeiras décadas do século, quando estas ainda possuíam uma produção pouco diversificada, e que pudesse atender o seu mercado consumido. Com o acelerado processo de desenvolvimento vivenciado por São Paulo ainda nas primeiras três décadas, se perde a relação de complementariedade existente entre as regiões, e se passa a observar uma crescente competitividade. O Nordeste acaba perdendo espaço no comércio interno nacional, especialmente no do Sudeste, e ao mesmo tempo, sua economia é bruscamente invadida pela produção manufatureira desta última região.

No momento de ocorrência da crise financeira de 1929 a região Nordeste já estava suficientemente integrada ao exterior e ao interior do país também, de modo que esta pôde sentir os efeitos negativos deste de forma semelhante as demais regiões. No período posterior, o que se observa é uma continuidade do processo anteriormente experimentado por esta. Nas décadas seguintes, a economia nordestina consegue manter taxas de crescimento significativas, mas bem inferiores as das demais regiões e da média brasileira. Na verdade, fica explícito o distanciamento no processo de desenvolvimento que ocorre a partir deste momento.

A integração inter-regional resultou em um processo desfavorável ao Nordeste, no que diz respeito ao total de relações realizadas. Foi possível perceber que este incorre em

constantes resultados deficitários com as demais regiões do país, mas, em contrapartida, mantem significativos superávits nas suas relações externas. A manutenção destes saldos favoráveis foi fundamental, não apenas para que esta região pudesse manter sua demanda de produtos importados das demais regiões do país, mas, principalmente, para que a continuidade do Processo de Substituição de Importações fosse possível.

Por fim, o Processo de Substituição de Importações que ocorre na primeira metade do século XX representou um momento singular na história econômica brasileira. No que diz respeito ao Nordeste brasileiro, não é possível destacar um prejuízo causado pelo modelo a esta região, mas, é importante salientar as limitações deste no processo integrativo de desenvolvimento. Desta forma, ao se concentrar grande parte da dinâmica industrial em um limitado espaço nacional, coube ao Nordeste, apenas aproveitar os reduzidos benefícios do comércio inter-regional.

Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1992.

BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. **Desarrollo, vaivenes e desigualdade: uma historia econômica de américa latina desde la independencia**. Disponível em: <<http://segib.org/es/node/3298>> Acesso em: 10 agosto 2014

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930 – 1970**. São Paulo: Editora UNESP, 2007 – 3ª edição.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

GALVÃO, Olímpio J. deArrouxelas. **Concentração industrial no Brasil segundo os censos, 1907-1980**. Revista Análise Econômica. Porto Alegre, p. 143-181, março 1991.

GIAMBIAG, Fabio. **Economia brasileira e contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.- 8ª impressão.

GIAMBIAG, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011- 2ª reimpressão.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: SUDENE, 1967 – 2º edição. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>> Acesso em: 16 junho 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Repertório estatístico do Brasil: quadros retrospectivos**. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto brasileiro de geografia e estatística, 1941.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003 – 5ª edição.

NETO, Leonardo Guimarães. **Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva**. Recife: Massangana, 1989.

NETO, Leonardo Guimarães. Trajetória econômica de uma região periférica. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8972>> Acesso em: 11 julho 2014

MELLO, João M. C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo. Editora Brasiliense S. A., 1982 – 4ª edição.

MORAES, Ilmara. F. de; ALMEIDA, Elizabeth O. C.. **Guia para preparação de trabalhos científicos de conclusão de curso e de monografias**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1977.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 – 6ª reimpressão.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. **200 anos de comércio exterior no Brasil**.

Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2041&refr=608>> Acesso em: 20 junho 2014

TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 – 4ª edição.

VERSIANI, Flávio Ribeiro; BARROS, José Roberto Mendonça. **Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1978. (Série ANPEC de leituras em economia)

VERSIANI, Flávio R.; SUZIGAN, Wilson. **O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral**. Série textos didáticos. Brasília, nº 10, junho 1990. Disponível em:

<http://www.ufpe.br/decon/sitedecon/visao/professor/arquivos/acervo/55/versiani_suzigan_Industrializacao_brasileira_visao_geral.pdf> Acesso em: 27 maio 2014.